



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № 91/2023

CONCORRÊNCIA PUBLICA № 03/2023

PRAZO: de 13 de junho de 2023 a 12 de junho de 2024

Ata de registro de preços que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Anderson Manique Barreto, portador do CPF sob o nº 967.311.099-91 e RG nº 5.228.761-8, a seguir denominado CONTRATANTE e do outro, a empresa CETRIC - CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, INDUSTRIAIS E COMERCIAIS DE CHAPECÓ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Acesso Angelo Baldissera, CH 20, s/n, KM 5 – Linha Água Amarela, na cidade de Chapecó (89.801-970), Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 04.647.090/0001-68, representada neste ato pelo Sr. Valmir Baldissera, portador do CPF nº 065.184.519-04 e RG nº 354.796-5 SSP/SC a seguir denominada DETENTORA, (CONTATO: willian@cetric.com.br / (49) 3905-3100 / (49) 3225-5213), vencedora da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA № 03/2023, do tipo menor preço por LOTE, no sistema de registro de preços, para SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO, REMOÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DO SOLO E RESÍDUOS DE CONCRETO CONTAMINADO DE FORMA AMBIENTALMENTE CORRETA DAS ÁREAS CONTAMINADAS, conforme termo de referência - Anexo I, fundamentados na Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93, Lei Federal nº 9.648/98, de 27/05/98, Lei Federal n° 123/06, de 14/12/06, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal nº 18, de 20 de dezembro de 2007, Lei complementar Municipal nº 27 de 15 de outubro de 2009, Decreto Municipal nº 3263, de 28 de setembro de 2006, e legislação complementar vigente e pertinente à matéria e demais dispositivos aplicáveis que norteiam as Licitações e Contratos Administrativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

A presente ata tem por objeto constituir o Sistema de Registro de Preços, com o respectivo Registro de Preços da proposta vencedora para SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO, REMOÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DO SOLO E RESÍDUOS DE CONCRETO CONTAMINADO DE FORMA AMBIENTALMENTE CORRETA DAS ÁREAS CONTAMINADAS, de conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência do edital e a esta, partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

<u>Parágrafo Primeiro:</u> A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, de 13 de junho de 2023 a 12 de junho de 2024.

<u>Parágrafo Segundo:</u> O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

<u>Parágrafo Primeiro:</u> As quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o





contratante desobrigado da contratação de toda a quantidade e consequentemente do seu pagamento.

<u>Parágrafo Segundo:</u> A empresa detentora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, qualquer que seja a quantidade constante na Nota de Empenho, observando as quantidades máximas estimadas na Ata de Registro de Precos.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> A existência do registro de preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para as aquisições pretendidas, assegurado ao beneficiário deste registro de preços a preferência, em igualdade de condições.

<u>Parágrafo Quarto:</u> É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por outro órgão ou entidade da Administração, mediante consulta prévia ao Contratante.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Caberá a DETENTORA da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA QUINTA: DA SUBCONTRATAÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da Ata de Registro de Preços com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do Contratante.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da detentora na fase de habilitação.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: Autorizada qualquer das hipóteses retro, a Detentora permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na Ata de Registro de Preços e Edital.

CLÁUSULA SEXTA: PRAZO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Do prazo, condições e características para entrega e aceitação dos itens estão fixados detalhadamente no item 8 do Termo de Referência – Anexo I do presente, e devem ser rigorosamente observadas pela detentora.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

As obrigações da detentora estão detalhadas no item 6 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pela detentora.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante estão detalhadas no item 7 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pela detentora.





CLÁUSULA NONA: DA FORMA DE PAGAMENTO

A forma de pagamento está detalhada no item 10 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pela detentora.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste Edital correrão por conta das dotações orçamentarias vigentes de cada departamento, e conforme abaixo:

UNII Natu	DADE: 01 ireza da D	– DEPARTA Despesa: 3.3	MENTO D .90.39 – 0	PAL DE MEIO AMBIENTE DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HID Dutros Serviços de Terceiros – Pesso D.39.82.99 – Serviços de Controle An	a Jurídica		
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
00	11/01	555	2.043	Preservação Ambiental 11.001.18.541.0026.2.043	595	2366	3.3.90.39.82.99

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

<u>Parágrafo Primeiro:</u> Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Caso haja alteração imprevisível no custo, caberá a detentora requerer e demonstrar documentalmente, a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, com fundamento no artigo 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

I - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.

<u>Parágrafo Quarto:</u> Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA : DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

<u>Parágrafo Primeiro</u>: O Gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.

I - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, desde que demonstrar a inviabilidade de redução.





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL E EXTINÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro:</u> Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77, 78 e 88 da Lei nº 8.666/93, o Município de Coronel Vivida poderá, garantida a prévia defesa, rescindir unilateralmente a ata de registro de preços, na forma do artigo 79 do mesmo diploma legal, bem como aplicar à detentora as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

<u>Parágrafo Segundo:</u> A ata de registro de preços poderá ser rescindida pelos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Será automaticamente extinto a ata de registro de preços quando do término do prazo estipulado e/ou prazo de garantia e não ocorrendo o acordo de prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA ANTICORRUPÇÃO

As condições anticorrupção estão detalhadas no item 13 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pela detentora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As condições quanto a gestão e fiscalização da ata de registro de preços estão detalhadas no item 14 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pela detentora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DE PROPOSTA

<u>Parágrafo Primeiro</u>: A proponente que não honrar a proposta protocolada, ou ainda não cumprir com as exigências do presente Edital, poderão ser aplicadas, as seguintes penalidades:

- a) Advertência.
- b) Multa de até 20% do valor total proposto e ainda poderão ser aplicadas, neste caso, as penalidades dos itens seguintes:
 - I Suspensão do direito de licitar, com a Administração Municipal, pelo prazo que a autoridade competente fixar, segundo graduação que for estipulada em razão da natureza da falta.
 - II Declaração de inidoneidade para licitar na Administração Pública.

SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

<u>Parágrafo Segundo</u>: Com fundamento nos art. 86 e 87 da Lei Federal 8.666/93, a detentora ficará sujeita, no caso de inadimplemento contratual, assim considerado pela Administração inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades das seguintes espécies:

- a) Advertência.
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ata de registro de preços.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração.
- d) Declaração de inidoneidade.





- e) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.
- I As sanções previstas nos subitens "a", "c" e "d" do parágrafo segundo poderão ser aplicadas cumulativamente com a do subitem "b".

Parágrafo Terceiro: Das Particularidades da Multa:

- I A multa imposta ao contratado ou licitante, poderá ser:
 - a) de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da ata de registro de preços, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
 - I 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos.
 - II 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.
 - b) de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
 - I 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela detentora ou nos casos de rescisão da ata de registro de preços, calculada sobre a parte inadimplida.
 - II 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro de preços, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar a ata de registro de preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.
 - II O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de execução da ata de registro de preços.

<u>Parágrafo Quarto</u>: A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

<u>Parágrafo Quinto</u>: Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor da ata de registro de preços e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail registrado em Ata/Ata de registro de preços, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-se lhe vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.

<u>Parágrafo Sexto</u>: O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotado no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Integram esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório – Concorrência Pública nº 03/2023 e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pela DETENTORA da Ata, ata da sessão pública constando os preços de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.





Parágrafo Segundo: Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrado.

Parágrafo Terceiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito do Município, observadas às disposições estabelecidas na legislação vigente.

Parágrafo Quarto: Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrente.

Parágrafo Quinto: O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Coronel Vivida - PR.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

A publicação do presente instrumento, em extrato, na Imprensa Oficial do Município, ficará a cargo da Administração e da contratação por outros órgãos ou entidades da Administração que utilizarem desta Ata, por conta desses, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

E, por estarem justos e acordados, assinam a presente ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Coronel Vivida, 12 de junho de 2023.

ANDERSON MANIQUE

Assinado de forma digital por ANDERSON MANIQUE BARRETO:96731109991 BARRETO:967311099 Dados: 2023.06.13 09:34:43 -03'00'

Anderson Manique Barreto Prefeito CONTRATANTE

VALMIR 06518451904 Localização: Data: 2023.08,15 15:31:21-03'00 Foxit PDF Reader Versão: 12,0,1

Assinado digitalmente por VALMIR BALDISSERA:06518451904 ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=83310904000140, OU BALDISSERA: "Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=
RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU¬presencial,
ON¬VALMIR BALDISSERA-06518451904 Razão: Eu sou o autor deste docum

Valmir Baldissera Cetric - Central de Trat. de Res. Sólidos, Ind. e Com. de Chapecó Ltda. **DETENTORA**

Testem	unhas:





ANEXO I

CONCORRÊNCIA PUBLICA № 03/2023

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

1.1. Registro de preços para serviços de escavação, remoção, transporte e destinação do solo e resíduos de concreto contaminado de forma ambientalmente correta das áreas contaminadas.

LOTE	ITEM	QTDE. ESTIMADA	UN	COD. PMCV	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	1	100	ton	22487	ESCAVAÇÃO, REMOÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DO SOLO OU (RESTOS DE CONCRETOS DE BASES) DAS ÁREAS CONTAMINADAS. (CFE. DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	840,00	84.000,00
VALO	R TOTAL	ESTIMADO	DO L	OTE			84.000,00

R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais)

2. Justificativa:

- 2.1. Levando em consideração que na Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo do município onde foram retirados os elementos notáveis do sistema de abastecimento de combustíveis e do tanque subterrâneo já desativados há a necessidade de retirada de solo e resíduos no local. Portanto faz-se necessário a contratação de empresa para escavação, remoção, retirada, transporte e destinação final de solo e resíduos de concreto contaminado, dos elementos notáveis restantes de forma ambientalmente correta dos mesmos.
- 2.2. Justificativa para novo processo: A abertura do novo processo se faz necessário devido ao item ter ficado deserto na última licitação.
- 2.3. As quantidades foram estimadas com base na prospecção de demanda apontadas no último processo.

3. Avaliação do Custo:

- 3.1. O custo total estimado da presente execução do serviço é de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), conforme mapa comparativo em anexo. Sendo que após a fase de lances e negociação, chegou-se ao valor total estimado de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).
- 3.2. A metodologia de preços foi embasada no Decreto Municipal nº 6.529/2019, houve diversificação da base de pesquisa, certificando-se de que os preços obtidos correspondem aos praticados no mercado.
- 3.3. Para a ponderação dos custos foram realizadas pesquisas diretamente com empresas do ramo, bem como, através de propostas praticadas em licitações com o mesmo objeto, compondo-se a estimativa de preços da planilha em anexo.
- 3.4. Toda a atividade de pesquisa, desde a seleção de parâmetros, cotação de preços nos parâmetros escolhidos ao juízo crítico sobre os valores encontrados, tem como objetivo final a confecção do mapa comparativo de preços, tratando-se de percentuais apenas para se estimar o custo de uma unidade.





3.5. No lote 01 Escavação, Remoção, Transporte e Destinação do Solo das Áreas Contaminadas a quantidade de 100 toneladas, é uma estimativa, a qual será confirmada após a análise e Estudo de Fundo e lateral de Cava, sendo assim, o Contratante pagará o valor da quantidade real que for retirada. Se passar dessa estimativa o valor será aditivado.

4. Dos critérios:

4.1. Tipo de licitação: Menor Preço

4.2. Critério de Julgamento: para fins de julgamento das propostas será adotado o critério "MENOR PREÇO - POR LOTE", observado as condições definidas no Edital e seus anexos.

5. Licitação para Ampla Concorrência:

- 5.1. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO CUMPRIMENTO AOS ART. 47 E 48 DA LEI COMPLEMENTAR 123/06, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14:
- 5.2. Neste certame não será aplicável, a exclusividade, benefício ME, EPP, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, exceção contemplada pelo art. 49 da mesma lei, inciso III: o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- 5.3. A segunda hipótese do art. 49, prevista no inciso III visa proteger a Supremacia do Interesse Público, eis que não aplicará a contração diferenciada quando gerar efeitos negativos tornando-a lesiva para a Administração Pública. Dentre a lesividade vislumbra-se a onerosidade excessiva da licitação ou então prejuízo ao conjunto do objeto licitado, como por exemplo a divisão de cotas em objeto divisível que resulte em prejuízo ou subcontratação que desnature a identidade e funcionalidade do objeto.
- 5.4. Após as coletas dos orçamentos para elaboração do preço máximo, não foram localizados 03 fornecedores enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, situadas em âmbito local ou regional, capazes de cumprir as exigências, nos termos do Art. 49 Lei 123/2006 e Decreto Municipal nº 7643/2021.

Obrigações Gerais da Detentora:

- 6.1. Cumprir integralmente as obrigações assumidas, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.
- 6.2. Manter, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com o art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, informando o Contratante à ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
- 6.3. Comunicar imediatamente o Contratante no caso de ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega e qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária.
- 6.4. Fornecer os produtos e executar o serviço em estrita conformidade com as especificações contidas no Edital e proposta de preços apresentada, à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
- 6.5. Efetuar a execução dos serviços com pontualidade, atendendo a todas as condições estabelecidas.
- 6.6. Responder por danos que venham a ser causados por seus empregados ou preposto ao Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se





excluindo ou se reduzindo esta em virtude do acompanhamento realizado pelo Contratante, de acordo com o art. 70 da Lei n.º 8.666/93.

- 6.7. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.
- 6.8. Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos serviços do Termo de Referência.
- 6.9. A Detentora deverá garantir a qualidade dos serviços, devendo reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, os produtos e serviços que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou má qualidade.
- 6.10. É de responsabilidade da Detentora selecionar e contratar pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida na execução dos serviços, em seu nome, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante.
- 6.11. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de fornecer e fiscalizar o uso de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus funcionários e prepostos.
- 6.12. Correrá por conta da Detentora as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como: embalagens, seguro, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
- 6.13. Os equipamentos, maquinários, veículos, ferramentas, EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e outros que se fizerem necessários para execução dos serviços deverão ser fornecidos pela Detentora.
- 6.14. Para a execução dos serviços a Detentora deverá possuir os veículos (caminhão Muk, caçambas ou guindastes), máquinas que devem ser próprios ou estarem na posse da Detentora em razão de Leasing, contrato de locação ou outro documento equivalente.
- 6.15. A Detentora deverá observar rigorosamente as normas regulamentadoras, sanitárias, de segurança, ambiental, de higiene e medicina do trabalho.
- 6.16. Não manter em seu quadro de pessoal, menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- 6.17. No momento da realização do serviço, a Detentora fica responsável pela devida sinalização do local, priorizando sempre a segurança dos trabalhadores e dos transeuntes que por ventura estejam próximos do local. Caberá a Detentora providenciar toda e qualquer sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço.
- 6.18. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- 6.19. Todos os casos atípicos não mencionados neste Termo de Referência deverão ser apresentados ao Gestor e/ou Fiscal da ata para sua definição e determinação.
- 6.20. Permitir o acesso do Gestor, Fiscal, para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços prestados.
- 6.21. Lote 01: Escavação, Remoção, Transporte e Destinação do Solo e resíduos de concretos e tubulações das Áreas Contaminadas.
- 6.21.1. Após realizado o Estudo de Fundo de Cava se for confirmada a presença de substâncias químicas no solo, que causam risco à saúde e ao meio ambiente, a Detentora





deverá realizar a escavação, remoção, transporte e destinação do solo, restos de concretos e tubulações contaminados do local.

- 6.21.2. A Detentora deverá apresentar as Autorizações Ambientais protocolada no órgão ambiental para a segregação e destinação de solo conforme item 4 do anexo III da Resolução SEDEST n° 3 de 17 de janeiro de 2020.
- 6.21.3. A Detentora deverá realizar a escavação para remoção do solo proveniente do processo deverá ser segregado e acondicionado adequadamente pelo responsável técnico conforme item 4 do anexo III da Resolução SEDEST n° 3 de 17 de janeiro de 2020.
- 6.21.4. A Detentora quando do envio do resíduo autorizado, a mesma deverá obrigatoriamente, registrar carga prevista na Autorização Ambiental, através do sistema de movimentação (www.sga-mr.pr.gov.br/sga-mr), sendo necessária a confirmação também pelos receptores dos resíduos. Os certificados de recebimento do resíduo e a Autorização Ambiental para destinação do mesmo deverão ser anexados ao relatório, conforme item 4 do anexo III da Resolução SEDEST n° 3 de 17 de janeiro de 2020.
- 6.21.5. A Detentora deverá realizar a destinação final dos resíduos (solo contaminado) conforme requisitos da Portaria IAT nº 033 DE 21/02/2022, ou outra que vier a sucedê-la, observando a necessidade de solicitação de Autorização Ambiental.
- 6.21.6. Os resíduos removidos do local, deverão ser pesados com o acompanhamento do gestor ou fiscal ainda no município de Coronel Vivida, bem como devem ser destinados de forma ambientalmente correta.
- 6.21.7. A Detentora deverá apresentar os comprovantes de destinação bem como os certificados para a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município de Coronel Vivida-PR, para posterior arquivamento.

7. Obrigações do Contratante:

- 7.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Detentora.
- 7.2. Notificar, formal e tempestivamente, a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.
- 7.3. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- 7.4. Comunicar prontamente a Detentora, qualquer anormalidade no objeto deste Termo de Referência, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- 7.5. Comunicar à Detentora qualquer irregularidade manifestada durante a vigência da Ata de Registro de Preços, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- 7.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, pelos fiscais designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 7.7. O Município de Coronel Vivida reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento, podendo aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

8. Prazos e Critérios de Aceitação do Objeto:

- 8.1. Os serviços serão executados na Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo do Município de Coronel Vivida-PR, localizado na Rua Primo Zeni, s/n Bairro Schiavini.
- 8.2. A prestação dos serviços deverá ser realizada, no prazo máximo de **30 (trinta) dias,** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho Ordem de Execução de Serviços na





conformidade das orientações e especificações técnicas existentes.

- 8.3. Os serviços serão requisitados sob demanda da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo, e obrigatoriamente deverá ser precedido da apresentação da Ordem de Execução de Serviços, expedido pelo Setor de Compras do Município.
- 8.4. A Detentora fica responsável por observar e atender as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho: NR 06 Equipamento de Proteção Individual EPI. NR 12 Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.

9. Qualificação Técnica:

- 9.1. Certidão de registro de <u>Pessoa Jurídica</u> (proponente) expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA, dentro de seu prazo de validade ou Certidão de registro de <u>Pessoa Jurídica</u> (proponente) expedida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU, dentro de seu prazo de validade ou Certidão de registro de <u>Pessoa Jurídica</u> (proponente) em <u>Conselho</u>, o qual, comprove a competência na área do objeto desta licitação, dentro do seu prazo de validade junto com a documentação que demonstre as atribuições deste conselho;
- 9.2. Certidão de registro de <u>Pessoa Física</u> do profissional que irá atuar na <u>qualidade de</u> <u>Responsável Técnico</u>, Gerente e <u>Supervisor dos Serviços</u>, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA, dentro de seu prazo de validade ou <u>Certidão de registro de Pessoa Física</u> do profissional que irá atuar na <u>qualidade de Responsável Técnico</u>, Gerente e <u>Supervisor dos Serviços</u>, expedida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo <u>CAU</u>, dentro do prazo de validade ou <u>Certidão de registro de Pessoa Física</u> do profissional que irá atuar na <u>qualidade de Responsável Técnico</u>, Gerente e <u>Supervisor dos Serviços</u>, expedida por <u>Conselho</u>, o <u>qual</u>, <u>comprove a competência na área do objeto desta licitação</u>, dentro do seu prazo de validade junto com a documentação que demonstre as atribuições deste conselho e profissionais;
- 9.3. Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico Profissional, passado por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível com o objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico do CREA ou do CAU ou OUTRO CONSELHO, em nome do profissional comprovadamente integrante do quadro atual da licitante;
- 9.3.1. O(s) profissional(ais) em face do(s) qual(ais) for(em) comprovada(s) a capacidade técnica, ficará(ão) obrigado(s) pela execução do serviço, na qualidade de responsável(eis) técnico(s).
- 9.3.2. Caso haja substituição do profissional, tal substituição deverá ser aprovada pela Secretaria de Meio Ambiente do município, devendo para tanto apresentar outro profissional detentor de capacidade técnica igual ou superior a do profissional apresentado nesta licitação.

Observações:

* Os documentos solicitados nos subitens 9.1, 9.2 e 9.3, acima, devem manter correspondência em relação aos conselhos e os profissionais. Exemplos: sendo a empresa registrada no CREA o profissional responsável técnico deverá ser do CREA ou sendo a empresa registrada no CAU o profissional responsável técnico deve ser do CAU. Da mesma forma o Atestado de Capacidade Técnico Profissional deve





ser do profissional integrante do quadro da empresa e pertencente ao conselho de classe em que a empresa estiver registrada.

9.4. Deverá ser comprovado **vínculo** entre o(s) responsável(is) técnico(s) e a empresa, seja na qualidade de sócio, através da cópia do contrato social ou ata de assembleia; como funcionário, através de cópia do livro de registro de funcionários e cópia da carteira de trabalho contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho, constando a admissão até a data de abertura do presente edital; ou como contratado, por meio de contrato, ou ainda certidão de registro de pessoa jurídica em nome da proponente, onde conste o nome dos profissionais no quadro técnico, neste último caso podendo valer-se da mesma Certidão elencada na alínea "a", não sendo necessário apresentação de cópia do mesmo documento, desde que cumpra as demais exigências solicitadas;

10. Forma de Pagamento:

- 10.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a entrega e/ou execução dos serviços, apresentação da respectiva nota fiscal com discriminação resumida do objeto e número da nota de empenho, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja atestada pelo fiscal e gestor da Ata de Registro de Preços.
- 10.2. A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório.
- 10.3. O pagamento poderá ser realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Detentora, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.
- 10.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE. Em caso de atraso de pagamento, desde que a Detentora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Contratante juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.

11. Da Vigência e da Alteração:

11.1. A presente Ata de Registro de Preços iniciar-se-á na data de sua assinatura: de 13 de junho de 2023 a 12 de junho de 2024.

12. Dotação Orçamentária:

12.1. Conforme Princípio do Planejamento e indicação contábil em anexo.

13. Da Anticorrupção:

13.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º





8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste Termo de Referência, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do Termo de Referência, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Referência, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

14. Gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços:

- 14.1. Compete ao gestor e ao(s) fiscal(is) da Ata de Registro de Preços as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 7.484 de 07 de janeiro de 2021 e as constantes na Lei 8.666/93.
- 14.2. A Administração indica como gestor da Ata de Registro de Preços, o Secretário de Obras, Viação e Urbanismo, Mauro Busanello, Decreto Municipal nº 7.480 de 06/01/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo.
- 14.3. Da Secretaria de Meio Ambiente, como fiscal, Alice Lusco Salvi, Decreto Municipal nº 7.544 de 19/02/2021.

Declaração do Gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços

Declaramos estar cientes das responsabilidades e atribuições decorrentes da indicação e afirmamos plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência, projeto e demais anexos.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Mauro Busanello Secretário de Obras, Viação e Urbanismo Gestor

Alice Lusco Salvi Secretaria de Meio Ambiente Fiscal

Coronel Vivida, 26 de abril de 2023.

De acordo e ciente dos itens do Termo de Referência e demais documentos anexados junto ao processo licitatório.

> VALMIR BALDISSERA :06518451904 Razão: Eu sou o autor deste documento

Assinado digitalmente por VALMIR
BALDISSERA:06518451904
ND: C=BR., O=ICP-Brasil, OU=
833(1994000140, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e
-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=
presencial, CN=VALMIR
BALDISSERA:06518451904
Razão Fuseuro autor deste documento Data: 2023.06.14 14:08:41-03'00' Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Pregueiro designado através da Portaria nº 2662/2022 de 08 de março de 2022, com base na Lei Federal 8.686/93 e legislação complementar, torna público o resultado da Licitação.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2023 - Processo nº 217/2023

DBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de combustivel Diesel S10 e S500 para velculos e máquinas do Município

de São Jorge D'Deste - Pr. CRITERIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS; MENOR PRECO

GLOBAL POR ITEM.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas altera-ções, Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002; Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019; decreto Municipal nº 601/2009 e nº 3484/2021; Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações e legislação complementar.

EMPRESA VENCEDORA – MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM. I- AUTO POSTO IRMAOS LOURENCO I TOA CNPI Nº 81 454 989/0

logn I R\$5.00, Dem J R\$5.11.

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO R\$ 2,684.000,00 (Dois milhões, scissortes e ostenta e

São Jorge D'Deste/Pr, 16 de Junho de 2023, Diogo de Oliveira Pregoziro Portaria nº 2882/2022

	EXTRATO DE TERMO: CANCELAMENTO ITEM
Terms adulivo	1º TERMO CANCELAMENTO ITEM ATA DE REGISTRO DE PROEOS Nº. 335/2022, parle integrante du a Pregiso nº 144/2022
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' DESTE - PARANÁ - CNPJ Nº 78.395.350/0001-03
atana	MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº. 25.463.374/0001-74
pojeta.	Fice pelo presente termo cancelado o item: 97 - SERINGA DE 3 ML COM AGULHA 25X7.
Data assinatura	16/06/2023

	EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Termo aditivo	3º TERMO ADITIVO AD CONTRATO Nº, 60/2021, parte integrante do(a) Tomada de preços nº 4/2021
Cantratánia	MUNICIPIO DE SÁLI JORGE II DESTE - PARANÁ - CNP. Nº,76.998.380/0001-03
Contratada	EQUIPLAND SISTEMAS LTDA - CNPJ nº. 76.030.717/0001-48
Objeto:	Com fundamento no artigo 57. II. §2º da Lai Faderal nº, 6.68º de 21 de junho de 1993, considerando os termos do parece juridico acostado ao processo, bem como havendo interesa reciproco anter ao partes, nos termos do Clausula Tercebrio do Instrumento contratual originário, fica promogado o prazi de vigência e avecução do contrato em 12 dose) meser de vigência e avecução do contrato em 12 dose) meser de vigência e avecução do contrato em 12 dose) meser de vigência es avecução do contrato em 12 dose) meser de vigência estados de contrato em 12 dose) meser de vigência estados de contrato em 12 dose) meser de vigência estados de contrato em 12 dose) meser de vigência estados de contrato em 12 dose) de contrato em 12 dose de vigência estados de vigência estados de contrato em 12 dose de vigência estados de contrato em 12 dose de vigência estados de vigência de vigência estados de vigência estados de vigência de vigência estados de vigência estados de vigência de vigência de vigência de vigência de vigência estados de vigência estados de vigência de vigência estados de vigênc
Prazo de vigência	14/06/2024
Prazo de execução	14/06/2024
Data assinatura	14/96/2023

	EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Temo adilivo:	2º TERMO ADITIVO AD CONTRATO Nº, 62/2021 parte integrante do(a) Pregão nº 49/2021
Contratante	MUNICIPID DE SÃO JORGE D' DESTE - PARANA - CNPJ Nº 76.985 380/0001-03
Contratada	EMILIAND ADEMIR RIBEIRO VIESBA LTDA - CNPJ qº. 17,802,733/0001-42
Objeto.	Com fundamento no arrigo 57, Il, 52° da Lei Faderai nº 5,656, e 21 de junho de 1993, comiderando ao sermos do percer jurídico acotitáde so processo, item como havande interessa de neciproco entre as paries, nos termos se Classusia. Terceira de instrumento confratual originário. Rea priorregado o prazo de vigáncia e execução do confrator em 13 (dace) meses.
Prazo de vigência	17/06/2024
Prago de execução	17/06/2024
Dalla assinature	16/06/2023

AVISO DE RESULTADO E ADJUDICAÇÃO ITAÇÃO: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CHAMAMENTO NICO Nº 03/2023, que jem como objeto: CREDENCIAMENTO DE LICITAÇÃO: OAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO COM DESEMPE-NHO DOS TRABALHOS EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE - PR. Para atender o art 38-VII da lei 8.666/93, o Presidente da Comissão Permanente de Lícitações toma público o resultado de adjudicação do certame em epigrafe em favor das empresas credenciadas abaixo relacionadas:

Empresa Credenciada	Lote/Hem	Valor Total RS
KAMILA VARGAS PLEUTIM CLINICA MEDICA	Lote 01 - itens 01, 02, 03, 04, 05, 06.	111,700,00
EMILIANO ADEMIR RIBETRO VIESBA	Late 81 - itens 61, 02, 03, 04, 05, 06.	2.216.060,00
BRUNO LEONARDO DA SILVA RIBEIRO	Late 01 - itens 01, 02, 03, 04, 05, 06.	2.216.000,00

Ficando adjudicada a presente licitação, nos termos anteriores mencionados.

São Jorge D'Oeste-Paraná, 16 de junho de 2023. Diogo de Oliveira Presidente da Comissão Permanente de Licitação Portaria nº 2282/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 03/2023 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - CHA-MAMENTO PÚBLICO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO COM DESEMPENHO DOS TRA-BALHOS EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE - PR. Em cumprimento ao disposto no Art. 38, VII da Lei 8,666, de 21 de junho de 1993, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epigrate, sendo credenciada as empresas abalxo relacionadas

Empresa Credenciada	Lote/Item	Value Total RS
KAMILA VARGAS PLEUTIM CLINICA MEDICA	Late 01 - Hens 91, 92, 85, 04, 95, 06.	111.799,69
EMILIANO ADEMIR RIBEIRO VIESBA	Lote 01 - Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06.	2.216,000,00
BRUNO LEONARDO DA SILVA RIBEIRO	Lote 01 - Itens 91, 02, 03, 04, 05, 06.	2.216.000.00

Homologo o presente chamamento. São Jorge D'Oeste - Pr. 16 de junho de 2023, LEILA DA ROCHA PREFEITA

Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Lontra - Estado do Paraná

PORTARIA Nº 030/2023

SÚMULA: - Autoriza o pagamento de diaria ao Agente Político, abaixo

especificado, e dá outras providências. VALDECIR BALDESSAR, Presidente da Câmara de Vereadores de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são confendas em Lei

RESOLVE

Art. 1º - Autonza o pagamento de diária ao agente político abaixo especificado:

Nume	Cargo	Requisição
JOSE PIEKLER	Vereador	016/2023
Quantidade / dia da diária e valor	Destinu	Metivo e local da viagem
Duas diárras, oos dias 06 e 07/06/2023 no valor renal de RS + 180,00	Curitiba - PR	Reumán no Gabinete do Deputado Alexandre Cum e reumão no Gabinute do Deputado Professor Lomos.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto do Lontra, em 15 de junho de 2023. VALDECIR BALDESSAR Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Annual Company of the Confession of the

SEGUNDO TERMO DE RETIFICAÇÃO MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 29/2023 PROCESSO Nº: 87/2023

OBJETO: Aquisição de 01(um) Caminhão Caçamba Basculante tração 6x4, cuja caçamba forneça capacidade de 12 m³, sendo 0km (quilòmetros) com ano de fabricação não inferior com ao do contrato, de aceido com as especificações do adital e seus anexos.

O MUNICIPIO DE PALMAS, ESTADO DO PARANÁ, por mejo de sei representante legal, no uso de suas atribuições legais resolve. RETIFI-CAR os atos do Processo de Licitação nº 57/2023. Pregão Eletrônico nº 29/2023, cujo objeto acima mencionado, motivado pela reavallação no descritivo fécnico do objeto, bem como os orcamentos base dos valores do sertame, considerando o princípio da legalidade, probidade administrativa e economicidade,

 Fica retificado o valor máximo da licitação, bem como o Anexo I, item passando a vigorar a seguinte descrição:

VALOR MÁXIMO: RS 814.333,33 (pitocentos e quatorze mil, trezentes e

trinta e três reais e trinta e três centavos). VALOR MÁXIMO: R\$ 809,333,33 (oitocentos e nove mil. trezentos e trinta e três reals e trinta e três centavos).

Sec.	Expediance	(Dod)	Tamereco	Firego Flishana	Proportional
7	CHRISTIANO CHI MARINE RECULLATTE MEDIANDELLO RECU MERDIORI A SURVE CHI COLI COM POTENZIA MARINA MARINA METRORI A SURVE CHI CHARRA COM EMPEDIANO MAD MERDIORI DI CIPI CHI MERRITURA PERTURA, DICHIUSTIVEL DESES STE UTRE CAR HORAULEA AN ECHNOLOGIANO PRETURA RECOMBRANCE PRETU.	On	1.00	\$00.214.21	im m n

. Fica elterada a data de abertura e recebimento das propostas para as 09:00hs do dia 30/06/2023,

2. Prevalecem mantidas as demais condições do edital.

A nova descrição encontra-se no edital relificado em 19/06/2023, que está disponivel na página: www.pmp.pr.gov.br e bll-compras,

Palmas, 16 de junho de 2023. KOSMOS PANAYOTIS NICOLAGU - PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RETIFICAÇÃO PE 34/2023 MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 34/2023 PROCESSO Nº: 80/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem para eventos esportivos a recreativos, de acordo com especificações do edital e seus anexos

O MUNICIPIO DE PALMAS, ESTADO DO PARANÁ, por meio de seu representante legal, no uso de suas atribuições legais resolve: RETI-FICAR os alos do Processo de Licitação nº 80/2023, Pregão Eletrônico nº 34/2023, cuja objeta acima mencionado, motivado pela solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para que seja unificado todos os itens do referido processo, aspirando maior número de licitantes participantes e respeitando os principios licitatórios, em especial da competitividade.

 Fica retificado o critério de julgamento, unificando todos os itens do certame, passando a vigorar com a seguinte descrição: "CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE."

 Fica unificado os 21 itens do processo, passando a atuar como um unico lote global no valor de R\$ R\$ 607.304.40 (seiscentos e sete mil. trezentos e quatro reais e quarenta centavos).

Fica alterada a data de abertura e recebimento das propostas para as

Atos Oficiais

Some who 09 00hs do da 29/06/202

4. Prevalecem mantidas as demais condições do edital A nova descrição encontra-se no edital retificado em 19/06/2023 que está dispenível na página: www.pmp.pr.gov.br.e licitações-e; Palmas, 15 de junho de 2023. KOSMOS PANAYOTIS NICOLAQU

PREFEITO - MUNICIPAL

Prefeitura de Coronel Vivida

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO № 51/2023

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM - AMPLA CONCORRÊNCIA Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E UNIFORMES ES-PORTIVOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRA-ÇÃO MUNICIPAL, Inicio do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 20 de junho de 2023 até às 08h do dia 03 de julho de 2023. Abertura das propostas após as 08h do dia 03 de julho de 2023. Inicio da disputa de preços ás 11h do dia 03 de julho de 2023. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO R\$ 843,510,73. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico astão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida. pr.gov.br ou www.bnc.org.br. Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 18 de junho de 2023. Juliano Ribeiro, Presidente da CPL.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 91/2023 - Concorrência Pública nº 03/2023 - Contratante: Municipio de Coronel Vivida. Detento-ra: CETRIC - CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESIDUOS SÓLI-DOS, INDUSTRIAIS E COMERCIAIS DE CHAPECO LTDA, CNPJ nº 04.647.090/0001-68. Objeto: Registro de preços para serviços de esca vação, remoção, transporte e destinação do solo e residuos de concreto contaminado de forma ambientalmente cometa das áreas contaminadas, Valor total estimado: R\$ 84,000,00. Prazo: 12 meses, de 13,06,2023 a 12,06,2024. Coronel Vivida, 12 de junho de 2023. Anderson Mariique Barreto, Prefeito.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2023 - Pregão Eletrônico nº 44/2023 - Contratante: Município de Coronel Vivida, Detentora, CAS-CAVEL SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA L'IDA, CNPJ nº 28.981.919/0001-22. Objeto: Registro de preços para futura ou eventual prestação de serviços de segurança ostensiva desarmada e vigilânda patrimonial em evantos promovidos pelo Município de Coronel Vivida. Valor total estimado R\$ 139.500,00, Prazo. 12 meses, de 22.06.2023 a 21.06.2024. Coronel Vivida, 13 de junho de 2023. Anderson Manique Barreto Prefeito

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA – PR Termo de Rescisão ao contrato nº 66/2021 – Tomada de Preços nº 09/2021, CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA. CON-TRATADA. L. RIBEIRO - EIRELI, CNPJ sob nº 08.719.582/0001-72. Considerando o pedido da Contratada e Autorização do Secretário de Administração, de comum acordo, RESQLVEM: Rescindir amigavelmente o contrato a partir de 13 de junho de 2023, dando-se o mesmo por encerrado e com as obrigações pactuadas devidamente cumpridas por ambas as partes. Coronel Vivida, de 13 de junho de 2023. Anderson Manique Barreto, Prefeito.

Prefeitura Municipal de Bom Sucesso

MUNICIPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 04/2023

O Municipio de Bom Sucesso do Sul/PR, toma público que realizara, às 09h01min, do dia 11/07/2023, na sede da Pref. Municipal, licitação na modalidade de Tomada de Preços 04/2023, do tipo Menor Preço, visando à Contratação de empresa para execução de obra, em regime de empretada global, relativa à construção/ampliação de churrasqueiras junto au Centro Público de Convivência situado no município, com área de 93,16m², de acordo com Projeto Arquitetônico, orçamento, cronograma de execução e memorial descritivo, anexos ao edital, do Município de Bom Sucesso do Sul, de acordo com Projeto Arquitelónico, orçamento, cronograma de execução e memorial descritivo. Edital disponível no sile www.bomsucesspdosul.pr.gov.br, podendo ainda ser solicilado pelos e-mails pregoairos_bss@holmail.com ou licitacoes@bssul.pr.gov.br. Informações pelo fone (46) 3234-1135.

Born Suciesso do Sul, 16 de junho de 2023. Jusiane Folle - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR. AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2023
Registro de Preços nº 32/2023 UASG: 989979

O Municipio de Born Sucesso do Sul - Pr. comunica que realizará o Pregão Eletrônico nº 35/2023, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Ragistro de preços para futuras e eventuais aquisições de paver e grama para o uso do departamento do município, visando à manutenção e conservação dos espaços públicos, conforme descrito no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. A sessão do pregão eletrônico será realizada através do site www.gov.bricompras. pt-br. no dia 06/07/2023, às 09h00min, o edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.bomsucessodosul.pr.gov.br podendo ser solicitado pelos e-mails pregoeiro_bss@hotmail.com e/ou licitacoes@ bssul.pr.gov.br. Mais informações: tel: (46) 3234-1135.

Born Sucesso do Sul, 15 de junho de 2023. Josiane Folle - Pregoeira

Art. 4º) - O recurso financeiro de que trata esta Lei deverá ser aplicado de acordo com as normas específicas do Ministério da Saúde para esta modalidade de repasse, nos termos da legislação vigente.

Art. 5°) - As transferências dos recursos de que trata esta Lei serão formalizadas através de Convênio a ser firmado entre as partes.

Art. 6°) - Os recursos orçamentários a serem utilizados para fazer face as despesas correrão por conta da dotação constante na Lei Orçamentária anual para o exercício de 2023, conforme a seguir:

0600 - Secretaria Municipal de Saúde

0601 - Departamento de Saúde

0601.10.302.0019.2.087 - Manutenção das Atividades de M AC -Hospitalar e Ambulatorial

3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - SUS

Art. 7º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de maio do ano de 2023

NDERSON MANIQUE BARRETO refeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES

Secretária Municipal de Administração

Publicado por: Ademir Antonio Aziliero

Código Identificador: 19F2ECFD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES EXTRATO ATA Nº 91/2023

ATA DE REGISTRO DE PRECOS nº 91/2023 - Concorrência Pública nº 03/2023 - Contratante: Município de Coronel Vivida. Detentora: CETRIC - CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. INDUSTRIAIS E COMERCIAIS DE CHAPECÓ LTDA, CNPJ nº 04.647,090/0001-68. Objeto: Registro de preços para serviços de escavação, remoção, transporte e destinação do solo e resíduos de concreto contaminado de forma ambientalmente correta das áreas contaminadas. Valor total estimado: R\$ 84.000,00. Prazo: 12 meses, de 13.06.2023 a 12.06.2024.

Coronel Vivida, 12 de junho de 2023.

ANDERSON MANIQUE BARRETO, Prefeito.

> Publicado por: Sandra Pelentil Código Identificador:5FB16EA3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 92/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2023 - Pregão Eletrônico nº 44/2023 - Contratante: Município de Coronel Vivida. Detentora: CASCAVEL SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 28.981.919/0001-22. Objeto: Registro de preços para futura ou eventual prestação de serviços de segurança ostensiva desarmada e vigilância patrimonial em eventos promovidos pelo Município de Coronel Vivida. Valor total estimado R\$ 139.500,00. Prazo: 12 meses, de 22.06.2023 a 21.06.2024.

Coronel Vivida, 13 de junho de 2023.

ANDERSON MANIQUE BARRETO, Prefeito.

Publicado por: Maira Soares Código Identificador:238B4647

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2023

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM - AMPLA CONCORRÊNCIA Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AOUISICÕES DE EQUIPAMENTOS. MATERIAIS UNIFORMES **ESPORTIVOS** PARA ATENDER NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 20 de junho de 2023 até às 08h do dia 03 de julho de 2023. Abertura das propostas após as 08h do dia 03 de julho de 2023. Início da disputa de preços às 11h do dia 03 de julho de 2023, VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R\$ 843.510,73. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br ou www.bnc.org.br. Informações: (46) 3232-8300 Coronel Vivida, 16 de junho de 2023.

JULIANO RIBEIRO, Presidente da CPL.

Publicado por: Leila Marcolina

Código Identificador:3A9DA625

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES TERMO DE RESCISÃO

Termo de Rescisão ao contrato nº 66/2021 - Tomada de Preços nº 09/2021. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA. CONTRATADA: L. RIBEIRO - EIRELI, CNPJ sob nº 08.719.582/0001-72. Considerando o pedido da Contratada e Autorização do Secretário de Administração, de comum acordo, RESOLVEM: Rescindir amigavelmente o contrato a partir de 13 de junho de 2023, dando-se o mesmo por encerrado e com as obrigações pactuadas devidamente cumpridas por ambas as partes.

Coronel Vivida, de 13 de junho de 2023.

ANDERSON MANIOUE BARRETO, Prefeito.

> Publicado por: Leila Marcolina Código Identificador: 58608316

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ÓRGÃO GESTOR CMDCA EDITAL 11/2023

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORONEL VIVIDA PR. EDITAL Nº 11/2023

Súmula: Divulgar o resultado da análise dos recursos interpostos no Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar,

O CMDCA publica o resultado da análise dos recursos interpostos quanto ao indeferimento de inscrições.

INSCRIÇÃO		RECURSO
15	APARECIDA ROSMARI DOS ANJOS DOS SANTOS	INDEFERIDO - De acordo de com o item 7.10. do Edital 07/2023.
18	SIRLEI BERNADETE WEBER BONAMIGO	INDEFERIDO - De acordo de com o item 7.10, do Edita 07/2023.

Coronel Vivida, em 16 de junho de 2023.

ELIZANGELA VEIS SPONHOLZ Presidente do CMDCA